



ConstruBusiness e Feicon

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) lança, por meio do Deconcic, o 11º **ConstruBusiness** – Antecipando o futuro

Comin

Secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos Meirelles, recebe comitiva de empresários do setor da mineração

Marco Regulatório

Câmara dos Deputados reinstala comissão especial para análise do novo Marco Regulatório da Mineração

EXPOSIBRAM 2015:

a maior feira de mineração
da América Latina.

Participe!



EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO
EXPOSIBRAM 2015

E CONGRESSO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO

14 a 17 de setembro de 2015
EXPOMINAS - Belo Horizonte (MG) - Brasil

*Programe-se e participe da 16ª EXPOSIBRAM.
Oportunidade única de encontrar os principais players
nacionais e internacionais da indústria mineral.*

**GARANTA
JÁ SEU
ESPAÇO!**

Para mais informações acesse
www.exposibram.org.br

Patrocinador Diamante*



Patrocinador Ouro*



Patrocinador Prata*



Patrocinador Bronze*



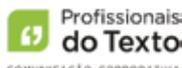
Apoio
Institucional



Promoção



Agência de
Comunicação
do IBRAM



Organização da
EXPOSIBRAM



Secretaria Executiva
e Comercialização da
EXPOSIBRAM



*Patrocinador confirmado até o dia 16 de abril de 2015.

AGREGADOS

SINDAREIA - Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo
 Filiado à Fiesp - Rua Arthur Cazarino, 84
 Pq. Meia Lua - Jacareí - SP - CEP 12335-770
 Tel./Fax: (12) 3952-4551
 e-mail: sinda@sindareia.com.br
 site: www.sindareia.com.br

Presidente: Antero Saraiva Júnior
 Vice-presidente: Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio
 Diretores: Anselmo Luiz Martinez Romera, Antonio Marques Gaspar, Eduardo Rodrigues Machado Luz, Gilmar Gondim Moscoso e Walter Toscano

SINDIPEDRAS: Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo
 Rua Santo Amaro, 71 - 18º andar - Bela Vista
 São Paulo - SP - CEP 01315-001
 Tel.: (11) 3104-9160
 e-mail: sindipedras@sindipedras.org.br
 site: www.sindipedras.org.br

Presidente: Tasso de Toledo Pinheiro
 Vice-presidentes: Antero Saraiva Junior; Ademir Matheus; Ednilson Artioli; José Roberto Iudice
 Diretores: Blás Bermúdez Cabrera; Fábio Luna Camargo Barros; José Carlos Botelho de Moraes Toledo; Luiz Eulálio de Moraes Terra; Marcos da Cunha Henry; Marcus Santos Stanoski; Mauro Cezar Brocco; Roberto Zanotto

Jornalista Responsável: Wagner Marques (MTb 29099) - Edição: Ana Flávia Esteves - Projeto gráfico: e diagramação: Matheus Moura - Revisão: Ana Flávia Esteves - Fotos: arquivo Sindareia, banco de imagens - Impressão: Copcentro - Tiragem: 2.000 exemplares

Redação: Rua Marcondes Salgado, 132, Vila Adyana, São José dos Campos, SP - Tel.: (12) 3942-1120.
 www.superacomunicacao.com.br
 Para anunciar: sinda@sindareia.com.br

Artigos assinados são de responsabilidade dos respectivos autores. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização prévia.



Luta constante



Antero Saraiva Júnior
**Presidente do
 Sindareia e Aepac**

Prezados associados,
 Desde o início de minha gestão, as entidades Sindareia / Sindipedras e Aepac uniram-se criando uma estratégia de fazer com que fôssemos ouvidos junto aos órgãos públicos e outras instituições que demandem agirmos no interesse e no resguardo da atividade de mineração.

A luta tem sido incansável e diária.

Não se passa um dia sem que associados nos tragam problemas quanto às dificuldades de atendimento junto a órgãos públicos, morosidade na solução de problemas junto a esses entes, despreparo dos servidores, dificuldade de operacionalização das repartições por falta de repasses de verbas, dentre muitas outras.

Junte-se a isso a quantidade de projetos de lei em tramitação, muitos criativos e malévolos, que transferem, sem critérios e sem análises devidas e consistentes, grandes ônus para a iniciativa privada.

Nesse caso, atualmente, lidamos com ações junto ao Núcleo de Acompanhamento Legislativo (NAL) da Fiesp, na questão das cotas para os portadores de necessidades especiais, cujo projeto reduz para 50 o número de empregados das empresas que serão obrigadas a cumprir essa política de cotas, demonstrando por correspondência encaminhada a inviabilidade de se considerarem para efeito da base do cálculo funções de alta periculosidade.

Fora isso, há a questão da obrigatoriedade de bombeiros internos, lei da terceirização, plano diretor da cidade de São Paulo, redução da base de cálculo do ICMS para a areia (com promessa de assinatura do Decreto para breve), renovação da base reduzida de cálculo para a brita, reuniões para a finalização do ordenamento territorial geomineiro em todo o território paulista, dentre várias outras ações no dia a dia.

Some-se ainda a quantidade de reuniões e encontros mantidos visando demonstrar ao poder legislativo a importância de se ter um Marco Regulatório da Mineração que permita ao país crescer e dê segurança jurídica às empresas que investem maciçamente e que, vez por outra, veem seus esforços frustrados pela falta de planejamento do Estado e de políticas públicas equivocadas e obscuras.

Na parte de prestarmos contas de nossas ações, foram criados mecanismos de informações mais rápidos, direcionados às diretorias e departamentos específicos dos assuntos, buscando, com isso, esclarecer a todos os envolvidos o que as entidades têm feito e como têm atuado pelas empresas do setor de agregados.

Mas toda essa luta será inglória sem o envolvimento e a participação das empresas associadas, manifestações estas que podem ser observadas por meio de sugestões e críticas via e-mail, telefonemas, whatsapp, corrigindo-nos de alguns entendimentos, orientando para outros e alertando-nos sobre questões que possam vir a comprometer nosso importante e imprescindível setor da economia.

Juntemo-nos, cada vez mais, para que possa o nosso corporativismo vitaminar-nos para as lutas diárias.

Contamos com vocês!



Representantes do setor da mineração em audiência com o secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos Meirelles

Agenda com a Secretaria de Energia de SP visa fortalecer mineração paulista

No dia 26 de janeiro, uma comitiva de empresários do setor da mineração foi recebida pelo secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos Meirelles. O encontro, liderado pelo coordenador do Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração (Comin) da Fiesp, Eduardo Machado Luz, teve o objetivo de discutir e propor uma política de governo para o planejamento e fortalecimento da indústria de mineração no Estado.

A audiência contou com a participação do então presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Samuel Moreira e também do então coordenador da Frente Parlamentar de Apoio à Mineração, Deputado João Caraméz.

Engenheiro de formação, João Carlos Meirelles demonstrou conhecimento sobre o setor mineral e sua importância e prontificou-se a ouvir as demandas mais importantes do setor, avaliando-as em uma relação de pendências consideradas prioritá-

rias e soluções possíveis. O secretário também destacou sua intenção de fortalecer a Subsecretaria de Mineração, estruturando-a e dotando-a de recursos necessários para que cumpra seu importante papel no planejamento e gestão dos recursos minerais em subsolo paulista.

Entre os representantes do setor mineral presentes no encontro estiveram: Luiz Eulálio de Moraes Terra, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Antero Saraiva Junior, presidente do Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia); Fernando Mendes Valverde Junior, presidente da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (Anepac); Fábio Luna Camargo Barros, diretor da Anepac; João Bellato Junior, presidente do Sindicato das Indústrias de Calcário e Derivados para Uso Agrícola (SindiCal); além do assessor técnico do Comin da Fiesp, Daniel Debiazzi Neto.

Detentor de alvará de pesquisa mineral poderá receber indenização por exploração ilegal

Por Luana Lopes

Os detentores de alvarás de pesquisa poderão receber indenização por danos materiais decorrentes da exploração irregular de jazida de minérios por terceiros. A decisão, dada pela 3ª Turma do STJ – Superior Tribunal de Justiça, apaziguou uma importante questão. Até então, entendia-se que a ausência efetiva da autorização de lavra retirava do detentor da pesquisa algum direito caso um terceiro, mesmo sendo dono do terreno, fizesse a exploração mineral da área.

De acordo com a decisão do STJ, a exploração irregular causa prejuízo ao titular do alvará de pesquisa, que, por este motivo, deverá ser ressarcido, como cita o artigo 927 do Código Civil: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

No dia 6 de março, o jornal Valor Econômico publicou matéria referente ao assunto e citou um caso em Rondônia, onde o particular obteve, em 2002, o direito à pesquisa por

seis anos e, em 2006, o proprietário da terra extraiu ilegalmente toneladas de minério. A sentença do STJ afirma que a reparação seria exclusivamente da União, porém o TJ-RO – Tribunal de Justiça de Rondônia reformou o entendimento. O artigo 20 da Constituição Federal destina que os recursos minerais, inclusive do subsolo, pertencem à União.

“Na busca de conciliação entre os interesses público e privado, garantiu-se ao particular concessionário, nos termos do artigo 176 da CF/88, a propriedade do produto da lavra”, concluiu o ministro Marco Aurélio Bellizze.

Bellizze afirma que o Código de Mineração trouxe o instituto da “prioridade”. Sendo assim, cumpridas as determinações legais, o minerador faz jus à obtenção do título e com a prioridade prevista no artigo 11, “a”, do Decreto – Lei 227/67, leva-se em conta a data do requerimento relativo à pesquisa ou à exploração da área considerada livre.



FUNDIÇÃO
Orlando

Excelência em Atendimento, Qualidade e Pontualidade.

Há mais de **25 anos** fabricando Reparos e Revestimentos para Bombas de Extração de Areia.

Estrada Municipal Julio Lerário, 273 - Lambari
Guararema/SP

Tel.:
(11)99977-0560 / (11)7860-3056
ID: 55*80*45841
(11) 4693-3015 ESCRITÓRIO
E-mail: occgfundicao@hotmail.com

Bofete discute vocação minerária do município

Evento debateu a extração de areia na cidade, bem como as compensações ambientais

O Sindareia promoveu no dia 11 de março, na cidade de Bofete, mais uma reunião itinerante para a discussão das ações ligadas à mineração e à municipalidade. O ponto central das discussões foi a vocação do município para a extração de areia, seus benefícios e prejuízos.

Presente no evento, o prefeito Claudécio José Ebúrneo, conhecido como Torão, ressaltou o potencial de Bofete como a quarta cidade no Estado, na produção de areia. Essa característica, explica ele, gera emprego, mas ao mesmo tempo é preciso fazer com que ela aconteça dentro da lei. “É difícil achar um equilíbrio para tudo isso. No município, existem situações de abandono por conta de escavações, que precisamos acertar. É impossível que a pessoa venha, ganhe dinheiro, mas a parte do meio ambiente seja esquecida”, avalia.

O prefeito reconhece o que a atividade fez pela cidade, e resalta que, inclusive, já transportou areia. “Tenho caminhão, sei como funciona isso, a importância para o motorista, para quem cuida da draga, para quem trabalha como operador de máquina e para o empresário em si. Então, queremos uma lei para fazer com que a atividade seja mais justa para todos.”

Torão lembrou que o município precisa da arrecadação para cuidar da Saúde e da Educação. “O que a Prefeitura quer é fazer alguma coisa junto com o empresário, com o setor e não algo de cima para baixo. Queremos passar essa orientação para poder construir dentro do município de Bofete o que já deve ter em outras cidades, como no Vale do Paraíba, que a gente tem conhecimento, para valorizar e fazer que isso seja importante para todos”, afirma.

De acordo com o subsecretário estadual de Mineração, Fernando Bruno, a reunião faz parte de um trabalho que vem sendo desenvolvido pelo governo estadual, que é o planejamento e fomento da atividade minerária do Estado de São Paulo. “Sentimos muito essa necessidade. Houve uma separação ao longo do tempo, o meio ambiente ditava as regras e o minerador se tornou mal visto no processo.”



Mesa diretora dos trabalhos



Empresários e convidados prestigiam o evento

Bruno diz que é preciso quebrar esse rito. “Entendemos que a mineração é impactante como qualquer outra atividade, a industrial, a construção de uma estrada. O que precisa ser feito é harmonizar os conceitos e o planejamento dos municípios, para que eles sejam capazes de enxergar claramente as áreas com vocação para exploração e aquelas que não devem ser mineradas, e colocar isso no plano diretor de cada município.”

Segundo ele, o Estado está trabalhando no ordenamento territorial geomineiro, que é essa visão conceitual do que tem no município. “Um aprofundamento vai caber a cada prefeitura, e ela vai poder decidir se deve ou não ter mineração. Ela paga o custo de proibir a mineração de areia, de brita ou de argila na cidade e ter que importar de longa distância.”

O subsecretário afirma que a mineração é compatível, harmônica e sustentável. “Esse trabalho do Estado junto às prefeituras, os mineradores e com apoio do Sindareia está indo ‘de vento em popa’. Acho que em um médio prazo vamos conseguir buscar uma nova visão da mineração no Estado de São Paulo”, considera.

Para o presidente do Sindareia, Antero Saraiva Júnior, o objetivo principal dos eventos itinerantes promovidos pelo sindicato é conscientizar os municípios de que é necessário ordenamento territorial, para que não aconteça a esterilização das jazidas nem a proibição dessa extração, em benefício da própria comunidade, que utiliza esse material básico para a construção civil.

Como sindicato, diz Antero Saraiva, o objetivo é participar e atuar em todo o Estado. “Isto faz parte desse processo: a necessidade imperiosa que temos do zoneamento e ordenamento territorial.” Ele lembra que a matéria-prima da mineração está onde a natureza a colocou. “É preciso que os detentores desses poderes, que são os municípios, que emitem certidões de uso de solo, promulguem as leis de zoneamento e entendam isso, para que não esterilizem jazidas.”

Departamento Sindical e CSer agora trabalham juntos

Na última edição da revista Agregados, apresentamos a Central de Serviços (CSer), um dos Departamentos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). No entanto, no início de abril deste ano, a CSer foi incorporada ao Departamento Sindical (Desin), sob a coordenação do diretor Paulo Henrique Schoueri.

Segundo ele, a parceria entre os Departamentos contribui para a criação de um canal de relacionamento que facilita o dia a dia das empresas e indústrias, além de auxiliar os próprios departamentos no conhecimento das necessidades de cada Sindicato, para que, com isso, sejam disponibilizados projetos e serviços que atendam a essas demandas.

Conheça o Desin

O Departamento Sindical oferece inúmeros serviços de informações, como o Informe Desin, publicação que destaca as notícias divulgadas na mídia relativas às temáticas traba-

lhistas e sindicais que afetem o setor industrial. É o responsável pela condução de mais de 80 negociações coletivas nas mais variadas datas-base, e como parte na negociação das indústrias organizadas em sindicatos.

Além dos diversos produtos, serviços e informações disponibilizados aos Sindicatos filiados e suas empresas associadas, o Desin também oferece uma consulta do enquadramento sindical exclusiva para empresas que exploram as atividades econômicas industriais e similares à indústria.

Com foco em fortalecer as entidades e prestar serviços para as indústrias, os Departamentos ampliaram seus leques de serviços e produtos oferecidos aos sindicatos filiados à Fiesp. A Central de Serviços (CSer) englobada ao Desin atua na elaboração de diversos projetos e ações que disponibilizam maior desenvolvimento e conhecimento aos Sindicatos, possibilitando, assim, que as entidades ofereçam aos seus associados mais serviços e informações privilegiadas.



Ferro e Aço Fundidos Peças para Mineração

Peças fundidas para extração de areia em aço cromo.
Reparos de tijolinho de 6", 8", 10", 12".
Caracol de 6", 8", 10".
Rotores em aço.
Cromo ou soldados em chapa de 6" a 12".
Bombas descartáveis de 6", 8" e 10".
Mangotes.
Pratinhos.
Regulagens.
Cubos novos ou reformados.
Todos acessórios para seu porto de areia.

Uma equipe treinada e qualificada para desenvolver o seu projeto.

Agende uma visita!

Flávio (pai): (12) 9.9199-7275
ID: 85*239731
Flávio (filho): (12) 9.9199-7271
ID: 85*239734

Av. Industrial, 815 - Jd. Emilia - Jacarei/Sp
fwmmetais@bol.com.br / www.fwmmetais.com.br



Um ano difícil pela frente

Por Fernando Garcia de Freitas



O final de 2014 e o início de 2015 foram marcados pela aceleração da inflação e a redução do crescimento econômico. A construção civil observou uma fredda das atividades, particularmente forte nas atividades das construtoras.

Aceleração da inflação

A aceleração da inflação se deu de maneira pronunciada a partir de novembro. A taxa de variação dos preços ao consumidor passou de 0,35% ao mês, na média dos meses de julho a outubro, para 1,01% ao mês, na média dos meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Em fevereiro, a variação mensal do IPCA foi para 1,22% e, em março, para 1,32%. No ano, o IPCA já acumulou alta de 3,83%.

O que provocou essa aceleração foram os aumentos dos preços de combustíveis e energia, que fazem parte do segmento de despesas com habitação. Nos primeiros três meses de 2015, o custo de energia e combustíveis já aumentou 26,47%. As razões desses aumentos foram os reajustes das tarifas de energia elétrica, de 36,33% no acumulado do ano.

Os aumentos das despesas com educação e serviços de transporte também pressionaram o IPCA de forma expressiva nesses meses. As despesas com educação cresceram 7% entre dezembro de 2014 e março de 2015. As tarifas de ônibus urbano cresceram 11,91%, as de trem, 12,38% e as de metrô, 12,15% nessa comparação.

É importante observar que as pressões inflacionárias verificadas nos últimos meses não são provenientes da demanda. O consumo se manteve estável no final de 2014 e início deste ano. O desemprego aumentou. O que tem impulsionado os preços para cima são pressões de oferta causadas por elevações dos preços administrados de energia e transportes. Esse fato sugere que a inflação deve se manter em patamares elevados nos próximos meses, pois a elevação do custo com energia deve continuar ao longo do ano em razão dos reajustes regulares das tarifas de energia elétrica das concessionárias.

2015 será um ano de retração forte para a cadeia produtiva da construção

Ajuste fiscal

Apesar da aceleração da inflação, as políticas monetária e fiscal adotadas pelo governo federal nos últimos meses já estão no sentido adequado à contenção do processo inflacionário. O Conselho Monetário Nacional (CMN) manteve os juros relativamente elevados ao longo de 2014 (11% ao ano) e, ao final de janeiro deste ano, a taxa foi elevada para 12,5% ao ano. Na reunião de março, foi estabelecido o aumento da TJLP. Mesmo com a elevação dos juros, o aumento da inflação em 2015 gerou uma redução da taxa real de juros, a qual é medida pela diferença entre a taxa de juros nominal e a taxa de inflação. Essa taxa passou de 4,9% ao ano, em dezembro de 2014, para 3,8% ao ano, em março de 2015.

No campo fiscal, o ajuste proposto pelo governo na Medida Provisória nº 665/2014 teve a intenção de gerar um superávit de 1,2 ponto percentual do PIB até o final de 2015, o que será obtido por meio de redução de despesas correntes e do aumento de impostos. Uma parte do ajuste com despesas correntes veio da diminuição dos subsídios aos empréstimos do BNDES e da redução das despesas orçamentárias em 1/18 por mês no início de 2015. Outra parte do ajuste virá da economia com despesas com o seguro desemprego e o abono salarial, realizadas com recursos fiscais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Na linha do aumento de impostos, o governo elevou a CIDE da gasolina para R\$ 0,22 por litro e a do óleo diesel para R\$ 0,15 por litro. A alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o empréstimo a pessoas físicas (por período inferior a 365 dias) foi majorada de 1,5% para 3%. Além

disso, foram elevadas as alíquotas de PIS e Cofins que incidem sobre a importação de cosméticos. Esses aumentos devem gerar uma arrecadação adicional de R\$ 21 bilhões para o governo este ano, o que equivale a mais 0,4 ponto percentual do PIB. Mais recentemente, o governo encaminhou Projeto de Lei reduzindo a desoneração da folha de pagamentos da indústria, comércio e serviços, o que será suficiente para completar o ajuste fiscal, muito embora ainda dependa de aprovação no Congresso Nacional.

Construção

Do final de 2014 em diante, foi observada uma desaceleração muito forte das atividades da construção civil no país. O índice de produção física de materiais de construção calculado pelo IBGE apresentou retração de 10,16% na média dos dois primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014. Na mesma comparação, o emprego nas construtoras observou retração de 6,2%. Já as vendas de materiais no comércio varejista caíram 2,79% na comparação entre janeiro deste ano e janeiro do ano anterior.

Esses dados indicam que 2015 será um ano de retração forte para a cadeia produtiva da construção. Isso se deve ao final do ciclo de investimentos iniciado em 2007, que impulsionou o crescimento desses setores até meados de 2013, e ao ajuste fiscal empreendido este ano. Também tem pesado o mau desempenho fiscal de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde houve cancelamento de obras. Esses três estados responderam por mais de 42% dos postos de trabalho na construção encerrados nos últimos 12 meses.



O ano promete ser bem complicado, com retração acentuada para a cadeia produtiva da construção



| Autoridades recebem a publicação 11º ConstruBusiness - Antecipando o futuro

Fiesp promove ConstruBusiness e Feicon

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por meio do Departamento da Indústria da Construção (Deconcic), lançou o 11º ConstruBusiness – Antecipando o futuro no dia 9 de março, na sede da entidade. Segundo a publicação, o Brasil investiu R\$ 460 bilhões em desenvolvimento urbano (habitação, mobilidade urbana e saneamento) e infraestrutura econômica (energia, transportes e telecomunicações) em 2014, e mostrou que o setor movimentou 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e responde por 52,5% da formação bruta de capital fixo do país.

O panorama atual do setor e as projeções de investimentos nos dois macrotemas, para o período de 2015 a 2022, foram apresentados pelo diretor titular do Deconcic, Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, que também é vice-presidente do Sindareia. Segundo ele, um dos objetivos do 11º ConstruBusiness é apresentar uma agenda positiva com propostas para aumentar a competitividade e desburocratizar o setor.

“O Brasil precisa iniciar um novo ciclo de investimentos em obras para reduzir o déficit habitacional e alcançar os níveis necessários de infraestrutura. Para tanto, será necessária uma média anual de R\$ 558 bilhões até 2022, 9,8% do PIB nacional, o equivalente a R\$ 4,5 trilhões nos próximos oito anos”, afirmou Carlos Auricchio, que acrescentou: “Organizamos uma série de grupos de trabalho, projetos e estudos e aprofundamos nossas análises nas áreas mais sensíveis ao setor, partindo das propostas apresentadas no Programa Compete Brasil, da Fiesp, lançado em 2012, aqui no ConstruBusiness”.

As necessidades de investimentos em infraestrutura econômica somam R\$ 222,9 bilhões anuais, sendo R\$ 45,5 bilhões na área de transportes para rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Além disso, são necessários R\$ 48,6 bilhões para a expansão do sistema de geração, transmissão e distribuição de eletricidade e R\$ 96,1 bilhões para projetos na exploração, produção e distribuição de petróleo e gás. Já em desenvolvimento urbano, são necessá-

rios R\$ 335,9 bilhões anuais, dos quais R\$ 305,5 bilhões no setor imobiliário, R\$ 12,3 bilhões em mobilidade urbana, enquanto R\$ 18,1 bilhões devem ser direcionados para obras de saneamento básico.

Estiveram presentes na abertura do evento: o presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf; o ministro de Estado das Cidades, Gilberto Kassab; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Aroldo Cedraz; o então secretário de Estado de Habitação de São Paulo, Nelson Luiz Baeta Neves Filho, representando o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; o presidente da Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem do Ciesp e da Fiesp, ministro Sydney Sanches; o Secretário de Estado de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Clodoaldo Pelissioni; o presidente do Conselho Superior da Indústria da Construção da Fiesp, José Carlos de Oliveira Lima; e o diretor titular do Deconcic, Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio.

Especialistas da cadeia produtiva da construção e autoridades participaram dos debates promovidos durante o evento, todos mediados pelo jornalista Ricardo Boechat.

Painel “Desenvolvimento Institucional e Ambiente de Negócios”

Participaram desse debate o diretor do Departamento das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e Recursos Naturais, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcos Otávio Bezerra Prates, o ministro Aroldo Cedraz, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), o vice-presidente da Fiesp e presidente da Agência de Promoção de Investimentos e Competitividade, Juan Quirós, e o presidente da Associação Ibero Americana de Estudos de Regulação, Floriano de Azevedo Marques Neto. Foi unânime o entendimento de que a falta de projetos qualificados prejudica o ambiente de negócios do setor.

“No Brasil, atribui-se pouca importância aos projetos, quando, na verdade, são eles os pilares mais importantes de uma obra”, afirmou Prates, citando como exemplo a transposição do Rio São Francisco, na qual a falta de levantamento geotécnico eficiente levou a erros de contratação dos materiais e serviços necessários e à elevação dos custos. Para ele, é necessário acabar com a prática política de se importar apenas com o “lançamento da obra”, que incentiva o início de construções sem projetos elaborados.

Autoridades presentes na abertura do evento



Marques Neto reforçou que a previsibilidade é essencial para os negócios, por isso “é preciso ter certeza que o valor contratado será o mesmo que o praticado”, mas, devido à necessidade eleitoreira de terminar uma obra em quatro anos, isso não é possível.

Quirós também acrescentou que o brasileiro em geral tem uma cultura empresarial de gastar pouco com projeto, acelerar as questões e tentar resolver tudo depois, já durante a obra. “Acontece que a essência de qualquer investimento é o projeto, sem ele, não é possível trabalhar com eficiência”, disse.

Questionado por Boechat sobre a morosidade na entrega das obras públicas e o aumento expressivo entre valor orçado e praticado, o ministro Cedraz afirmou que o TCU trabalha constantemente para diminuir a burocracia, melhorando os métodos de trabalho e avançando em relação à “digitalização do governo”.

Painel “Desenvolvimento Urbano”

Os participantes defenderam ser fundamental para o desempenho econômico do país que os governos municipal, estadual e federal priorizem investimentos no combate ao déficit habitacional brasileiro. “Precisamos ter visão de desenvolvimento mais estratégico, com o olhar na atividade econômica, emprego e mobilidade. As metas são melhorias nos projetos e no padrão urbanístico, melhoria da edificação e mais sustentabilidade”, afirmou Inês Magalhães, secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Também participaram do debate o coordenador geral de Programas Estratégicos de Governo da



| Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, diretor do DECONCIC faz discurso de abertura do 11º Construbusiness



Grande público presente

Caixa Econômica Federal, Luiz Alberto Nozaki Sugahara, o então secretário de Estado de Habitação de São Paulo, Nelson Luiz Baeta Neves Filho, e o vice-presidente de Assuntos Legislativos e Urbanismo Metropolitano do Secovi-SP, Ricardo Yazbek.

Segundo Baeta Neves, então secretário da Habitação de São Paulo, embora o Minha Casa Minha Vida seja uma opção para reduzir o déficit habitacional urbano, no caso de São Paulo, o programa enfrenta um desafio de áreas de custo mais elevado, impedindo um atendimento mais abrangente. “Em São Paulo, temos uma situação mais complexa para construir, já que os terrenos são mais caros. Daí a necessidade de ampliar parcerias e trabalharmos juntos para melhorar esse déficit”, disse.

Segundo as últimas estimativas do Secovi-SP, os atrasos em pagamentos chegam a R\$ 900 milhões e prejudicam principalmente as pequenas e médias empresas. “Há, infelizmente, um déficit de pagamento muito alto em todo o Brasil. Estamos aguardando o anúncio do Minha Casa Minha Vida 3, porém mais importante do que os novos é acertar o passado, a dívida existente e ter confiabilidade que isso será feito paulatinamente e as liberações, corretamente”, articulou Ricardo Yazbek.

Painel “Desenvolvimento da Infraestrutura Econômica”

O secretário de Estado de Energia de São Paulo, João Carlos Meirelles, afirmou que o governo paulista está trabalhando em alternativas para superar a crise energética. “Estamos trabalhando

ALTA TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS DE MINERAÇÃO



- Bombas de: 6”, 8”, 10” e 12”
- Dragas de: 8”, 12” e 16”
- Guinchos Mecânicos
- Guinchos Hidráulicos
- Classificadores
- Tubos de: 4”, 5”, 6” e 8”
- Conjunto Escarificador
- Mangotes
- Peças em Aço e Fofo
- Reversor ZF



Fone/Fax: (11) 2438 5758 / 2436 1508

Rua Tamotsu Iwasse, 1357 – Bonsucesso – Guarulhos, SP - industriafinke@terra.com.br
Referência: ao lado da Italbrnze, na rua do Posto Dutra Grill



Presidente Dilma Rousseff visita a FEICON e recebe a publicação do 11º Construbusiness – Antecipando o futuro



Estande da AB Areias na FEICON recebe a visita do Presidente da FIESP Paulo Skaf

em energias alternativas. E a fonte de mais rápida oferta é a do gás”, disse. “Para o programa de geração distribuída do gás, precisamos de obras para uma rota que viria do pré-sal”, acrescentou. Segundo o secretário, o investimento para uma nova rota de gás seria de até US\$ 7 bilhões em obras em mar e terra.

O secretário estadual de Logística e Transportes de São Paulo, Duarte Nogueira, também participou do painel. Ele defendeu a priorização de obras mais urgentes em infraestrutura. “Temos de escolher o que é mais importante neste momento”, disse. Segundo Nogueira, o governo programa investir em infraestrutura, entre 2015 e 2018, “com recursos do Tesouro Nacional, de

iniciativa privadas, concessões viárias, além das parcerias público-privadas para os 200 mil quilômetros de malha rodoviária paulista”.

Para o diretor titular adjunto do Deconic, Manuel Carlos de Lima Rossitto, que também fez parte do debate, falta planejamento com previsibilidade. “É necessário um planejamento em que a obra termine no prazo, com projetos em que todos os atores envolvidos estejam com metas e prazo. É isso que o setor busca”, afirmou.

Panorama Geral do Setor Elétrico

O ministro Eduardo Braga apresentou um panorama geral do setor elétrico, com dados sobre as condições hidrológicas desfavoráveis, além das

ações em andamento e projetos prioritários.

Negociações sobre os contratos de financiamento do setor elétrico, em andamento entre o governo e bancos, devem implicar em uma tarifa de energia menor, mas não estão mais sob o controle do Ministério de Minas e Energia, de acordo com Braga. “Uma redução futura no custo depende do resultado dessa negociação, que deverá ser concluída, creio eu, até o fim do mês. Tudo que dependia do Ministério já foi feito”, disse. “Essa fase de negociação está acontecendo entre o Ministério da Fazenda e o setor financeiro nacional”.

O ministro apresentou ainda informações sobre o setor de agregados para construção civil, com dados sobre a previsão de investimentos para o setor e sua importância para a cadeia produtiva da construção.

Pacto de Mediação

No encerramento do ConstruçãoBusiness, o presidente do Conselho Superior de Jurídico Legislativo e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches, convidou todos os presentes a assinarem o Pacto de Mediação, lançado no Ciesp/Fiesp, em novembro de 2014, para facilitar a solução de conflitos. “Nos Estados Unidos, 4.200 empresas assinaram o pacto”, reforçou, lembrando

que a mediação reduz a demanda do Judiciário e prejuízos gerados para todos os envolvidos.

Feicon Batimat 2015

O Departamento da Indústria da Construção (Deconci) esteve presente na abertura oficial do 21º Salão Internacional da Construção – FEICON BATIMAT 2015, no dia 10 de março, representado pela diretora titular adjunta, Maria Luiza Salomé. Na ocasião, foi entregue à presidente da República, Dilma Rousseff, exemplar do estudo “ConstruçãoBusiness – Antecipando o futuro”.

No dia 12 de março, um grupo de diretores do Deconci, liderado pelo diretor titular, Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, acompanhou o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, durante uma visita à feira. Na ocasião, visitaram diversos estandes e entregaram exemplares do caderno técnico do 11º ConstruçãoBusiness. Paulo Skaf e Carlos Auricchio ainda participaram de entrevista para a TV Sinduscon-SP.

Observatório da Construção

Essas e outras informações, além de todas as apresentações, vídeos e fotos do evento, estão disponíveis no portal Observatório da Construção, do Deconci.

Acesse: www.observatoriodaconstrucao.com.br.

Paulo Skaf concede entrevista no stand do SINDUSCON – SP



Preservação e consciência

Por Luana Lopes

Projeto de conservação e reúso de água premiado é implantado em diversas minerações do Vale do Ribeira

Com a crise hídrica que o país vem enfrentando, percebe-se o quanto a sociedade começou a economizar e reaproveitar a água, um dos bens minerais mais preciosos do mundo. No setor mineral, também é assim. O empresário mostrou sua preocupação e fez a sua parte para reaproveitar a água da mineração.

Em março de 2013, a Pirâmide Extração e Comércio de Areia foi ganhadora do 8º Prêmio Fiesp/Ciesp na Conservação e Reúso de Água, ao apresentar o melhor projeto na categoria de micro e pequena empresa. A premiação foi desenvolvida para difundir e homenagear as empresas que implantam boas práticas no uso consciente da água por meio de projetos que promovam a redução do consumo e desperdício do recurso.

O projeto foi implantado na unidade Porto Seguro e teve como objetivo promover o reaproveitamento da água utilizada no beneficiamento, em condições adequadas, retornando ao circuito sem os materiais orgânicos, particulados, argila e outros que possam alterar a qualidade da areia produzida. Para o processo de reúso, foram implantadas valas de decantação de 300 metros antes do decantador final. Depois de percorrer todo o percurso, a água está em condições de retornar ao beneficiamento, pois praticamente 100% dos materiais indesejáveis já sedimentaram.

Após a premiação, a empresa realizou o mesmo processo de reúso da água nas minerações de areia Romanha e Rio do Peixe. Ambos produzem cerca de 15.000 m³ de areia/mês e conseguem recuperar mais de 50% da água utilizada no beneficiamento.

“A elaboração e implantação do projeto traz benefícios ambientais que são fundamentais e também técnicos, como a redução nas linhas de bombeamento, menores bombas, menores motores e, conseqüentemente, menores custos”, afirma o engenheiro de minas e coordenador de produção, Márcilio Nagaoka.

Visita dos alunos à empresa e explicação sobre o projeto de conservação e reúso da água



Fotos: Divulgação Pirâmide

| Alunos do ensino médio na mineradora

Escolta armada para transporte de explosivos

Por Osni de Mello

Desde o último dia 6 de abril, os transportes de materiais explosivos que circularem pelo Estado de São Paulo terão, obrigatoriamente, que utilizar escolta armada. A decisão tem por base a Diretriz 001/2015, de 19 de fevereiro, e foi emitida pelo Comando da 2ª Região Militar, com base no que prevê a Portaria 03 - Colog, de 12 de maio de 2012.

Na prática, a medida eleva os custos da indústria de explosivos civis e acessórios, que deverão ser repassados aos mineradores. No entanto, segundo as autoridades, a medida é irrevogável e todas as empresas que forem fiscalizadas transportando explosivos civis e acessórios de detonação sem o devido acompanhamento de escolta arma-

da sofrerão, por parte do Exército, graves sanções, incluindo a perda do seu Certificado de Registro.

Em audiência na Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo, foi prometido reativar o grupo de trabalho com a Subsecretaria de Mineração do Estado.

Embora seja uma decisão da 2ª Região Militar, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) também está acompanhando o assunto, supondo que essa medida possa ser adotada pelas demais Regiões Militares.

Segundo estatísticas do Sindipedras, são baixíssimos, ao longo dos últimos anos, os índices de roubo de cargas de explosivos, no entanto, não há expectativas imediatas de quaisquer mudanças na determinação.

ECONOMIA!
ESTE É O NOSSO PRINCIPAL PRODUTO.



Se você fizer as contas, vai ver que o preço de um **hélice Andreoni** equivale a menos de 1% do seu comboio fluvial.

E se você não sabe, o hélice é o item responsável por 100% da eficiência da sua embarcação.

Eficiência que significa economia de combustível, aumento da vida útil do motor e menor tempo de viagem.

Os **hélices Andreoni** proporcionam tudo isso e oferecem mais: robustez, durabilidade, baixo custo de manutenção e padronização internacional.

Se você já tem um **hélice Andreoni**, parabéns! O seu patrimônio já está garantido.

Agora, se você ainda não conhece os **hélices Andreoni**, experimente um. Com eles você não deixa entrar areia no seu negócio. Só sair.

ANDREONI - HÉLICES - EQUIPOS NAVAIS LTDA.

RUA JAVARÍ, 680 - MOOCA - SÃO PAULO - SP - TEL.: (0xx11) 2694-5544 / FAX: (0xx11) 2618-2940



Mapeamento de jazidas de areias em rios



Os materiais de construção extraídos de rios, em especial as areias, estão se escasseando a cada dia, resultado do natural aumento do consumo desses bens face à evolução dos processos de ocupação da sociedade, resultado principalmente do crescimento das cidades. Destaca-se ainda, nesse contexto, que os procedimentos clássicos adotados pelas empresas de prospecção desses materiais no leito dos rios têm se tornado dispendiosos, tendo em vista as dificuldades de localização dos depósitos economicamente viáveis.

Por métodos convencionais entende-se a necessidade de, a partir de uma embarcação, tocar-se com algum instrumento pontiagudo, ou com a própria draga, o fundo do rio para se identificar a natureza do material depositado. É a partir dessa informação que se conclui sobre a existência de depósitos arenosos e até mesmo se desenvolve a estimativa do volume disponível. Considerando-se a baixa disponibilidade atual desses depósitos nos rios brasileiros, em especial no Sudeste, essa operação pode se tornar onerosa, tornando essa forma de prospecção uma atividade com baixa relação custo-benefício.

Uma das formas de minimizar os custos da clássica operação de prospecção pode ser a utilização de métodos geofísicos, em especial dos métodos acústicos. A possibilidade de desenvolvimento da prospecção geofísica em grandes áreas ao longo dos rios, reservatórios e de áreas costeiras, atuando conjuntamente com grupos de interessados no produto final, pode tornar essa forma de prospecção valiosa e com excelente relação custo-benefício. Uma embarcação equipada com equipamentos geofísicos apropriados para essa finalidade pode percorrer num único dia cerca 50 ou 60 km, o que permite prospectar longos trechos de uma área de interesse.

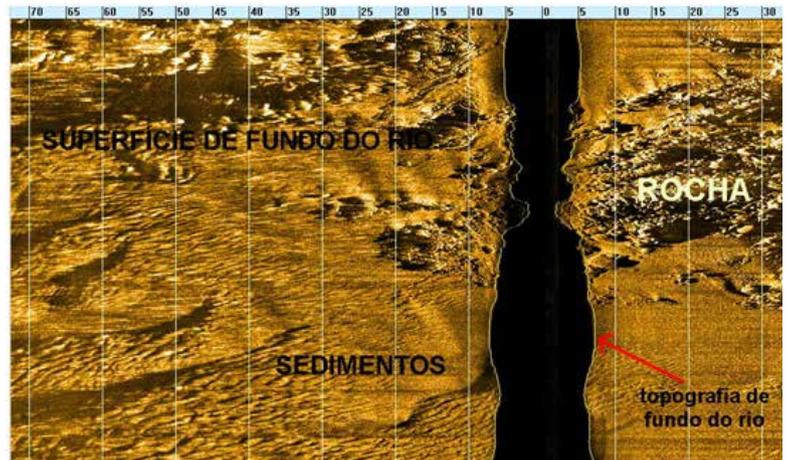
Com base no princípio da propagação do som, os métodos acústicos possibilitam mapear superfícies submersas de forma a gerar um produto final que permite a caracterização detalhada da superfície e subsuperfície de fundo.

Os métodos acústicos empregados na prospecção de depósitos de areia em rios podem ser subdivididos basicamente em dois grupos:

Figura 1a: Imagem obtida com o Sonar de Varredura Lateral mostrando o nítido contato entre área com ocorrência de cascalhos e depósitos arenosos na superfície de fundo do Rio Araguaia

- O primeiro refere-se aos produtos originados de métodos acústicos que mapeiam a superfície de fundo. Contemplam essa abordagem a Batimetria e o Sonar de Varredura Lateral. A batimetria permite mapear a espessura da coluna d'água e, em alguns casos, caracterizar a natureza do material de fundo. Isso é possível a partir da utilização de softwares modernos, acoplados a ecobatímetros que lidam com frequências entre 50 e 200 kHz, e que interpretam dados do eco sob esse ponto de vista, da natureza da superfície de fundo, e não apenas sob o ponto de vista clássico da definição da espessura da coluna d'água. O sonar de varredura lateral, por outro lado, lida com frequências altas (100, 300, 500, 900 e até mesmo 1.600 kHz) que permitem a observação de detalhes da superfície de fundo impossíveis de serem observados de outra forma. As imagens geradas por esses sistemas são semelhantes às fotografias aéreas e nelas pode ser observado todo tipo de feição de fundo, desde embarcações naufragadas, contatos litológicos, afloramentos rochosos, depósitos de cascalho entre outras. As Figuras 1a e 1b mostram nítidos contatos litológicos observados no fundo do Rio Araguaia, no Tocantins.

As operações de campo para aquisição de dados são relativamente simples, tendo em vista o pequeno porte dos equipamentos, que são compostos de uma fonte acústica mergulhada na coluna d'água e um módulo gerenciador de todo o sistema, conforme ilustrado na Figura 2.



- O segundo grupo de métodos acústicos aplicáveis na prospecção de depósitos arenosos é composto de perfiladores acústicos. Esses equipamentos permitem identificar a espessura dos pacotes sedimentares, viabilizando a cubagem das jazidas minerais. Para esse tipo de investigação, vários equipamentos estão disponíveis no mercado, sendo que aqueles que utilizam frequências abaixo de 2 kHz penetram mais na superfície de fundo (em alguns casos, até 100 m de profundidade), e aqueles que lidam com frequências mais altas (entre 2 e 20 kHz) penetram menos (poucos metros), mas, por sua vez, permitem a obtenção de dados de alta resolução, não raramente identificando camadas decimétricas de sedimentos. O exemplo ilustrado na Figura 3 mostra a su-

Figura 1b: Imagem obtida com o Sonar de Varredura Lateral mostrando o nítido contato entre área com ocorrência de afloramentos rochosos (textura rugosa) e depósitos arenosos (textura lisa) na superfície de fundo do rio Araguaia

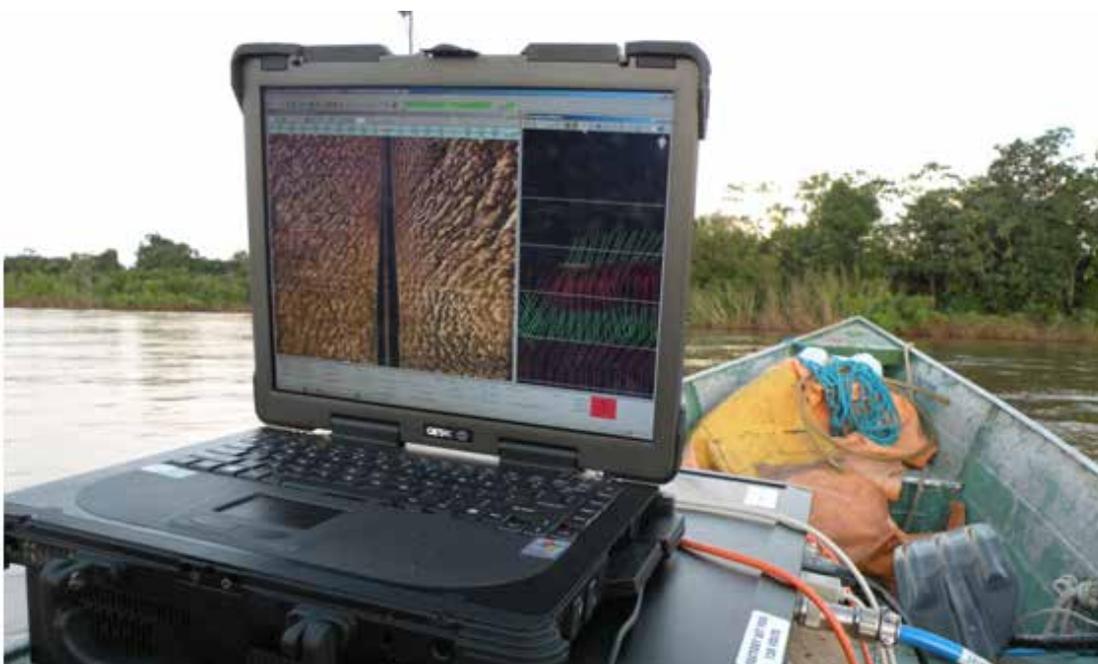


Figura 2: Embarcação de pequeno porte em operação de aquisição de dados no Rio Araguaia, Estado do Tocantins. Na tela do computador, observam-se, em tempo real, detalhes dos bancos de areia

perfície de fundo do Rio Paraná e o contato da base do banco de areias, com o embasamento rochoso, que é bastante raso na área, inclusive aflorando em alguns trechos. No caso mostrado, é possível cubar o volume de material arenoso disponível nesse trecho do rio, já que várias linhas de prospecção foram realizadas no local.

Existem poucas empresas no Brasil habilitadas para desenvolver esse tipo de atividade. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) certamente está entre as mais capacitadas, já que possui equipe altamente treinada e equipamentos de última geração.

Os ensaios sísmicos visando à prospecção de depósitos arenosos em rios, reservatórios e em áreas costeiras certamente se tornarão economicamente viáveis à medida que solicitados por entidades que reúnem grupos de interessados, já que numa mesma operação de campo várias áreas podem ser estudadas sequencialmente, tornando a relação custo-benefício do projeto satisfatória para todos os interessados.

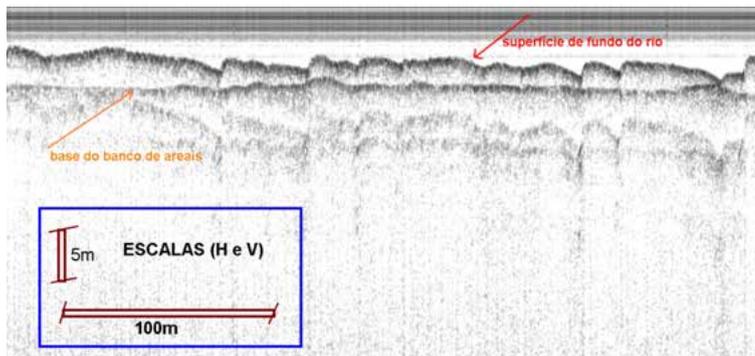


Figura 3: Registro sísmico obtido no Rio Paraná onde se observa um pacote de sedimentos ao longo de todo o trecho do perfil tonando possível cubar o depósito arenoso

Luiz Antonio Pereira de Souza (Laps)

Especialista em Investigação acústica de ambientes de águas rasas

Pesquisador do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
Geólogo, Doutor em Oceanografia Geológica pelo Instituto Oceanográfico da USP
(11) 3767.4375

(11) 99204.6503

LuizLaps@gmail.com

Fontes adicionais de informações sobre esse tema:

www.ipt.br (procure por 'águas rasas')

<http://www.facebook.com/ShallowWaterGeophysics>

MECVALE

Montagem e manutenção

Barcos
Rebocadores
Silos
Dragas de todos os tamanhos
Peneiração de areia
Embregens
Guinchos e outros

www.mecvale.com.br

Aos clientes, colaboradores,
Fornecedores e amigos,
agradecemos pela parceria

Nextel

(12) 7898-5401 – ID: 45*3819 Mecvale
(12) 7850-5727 – ID: 45*4819 Odmar
(12) 7814-6086 – ID: 105*811 José
(12) 7814-6085 – ID: 105*812 Odair



Av. Industrial, 837 – Rio Abaixo – Jacareí – SP – CEP 12321-500
TeleFax: (12) 3953-4500 / mecvale@mecvale.com.br



Equipe de funcionários da empresa Uilson Romanha & Cia Ltda responsável pela montagem da estrutura

Ações de destaque

Mostrando que a crise não pode paralisar as atividades das empresas, a Uilson Romanha & Cia. Ltda. acaba de montar uma estrutura para coleta de areia lavada e peneirada no município de Itapetininga (SP), com 15 metros de altura, 22 metros na lateral esquerda e 9 metros na direita.

O novo espaço deverá aumentar a produção em mais de 1.500 m³ por dia. Para minimizar os custos, toda a montagem, inclusive a fabricação das peças, foi realizada pela equipe da empresa. Foram obedecidas as normas técnicas exigidas pela Segurança e Saúde Ocupacional, e nenhum incidente ou acidente foi registrado.

O Sindareia cumprimenta a Uilson Romanha, em especial o técnico de Segurança do Trabalho, Jonatan Amaral Afonso, pela iniciativa. São ações desse tipo que contribuem para a construção de um novo Brasil.

Parabéns!





Luis Macedo

Reinstalação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados para análise do Novo Marco Regulatório da Mineração

Câmara Federal reinstala Comissão Especial do Novo Marco Regulatório da Mineração

No dia 19 de março de 2015, a Câmara dos Deputados reinstalou a comissão especial responsável por analisar o novo Marco Regulatório da Mineração. A comissão especial tem a missão de proferir parecer ao Projeto de Lei nº 37, de 2011, que “dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967”, e apensados - PL0037/11 (MINERAÇÃO).

O atual Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) foi publicado em 1967. Para atualizá-lo, o governo federal enviou, em 2013, uma nova proposta (PL 5807/13), que se juntou a outros seis projetos de lei (PL 0037/11 e apensados) sobre o assunto que já tramitavam na Câmara dos

Deputados desde 2011.

Na legislatura passada, o então relator das propostas, deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), apresentou um substitutivo aos projetos, mas o texto não chegou a ser votado.

A composição atual da comissão especial de mineração é a seguinte:

- Presidente: Gabriel Guimarães (PT/MG)
- 1º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD/MG)
- 2º Vice-Presidente: Evair de Melo (PV/ES)
- 3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB/MA)
- Relator: Leonardo Quintão (PMDB/MG)

Ao ser empossado, o presidente da Comissão Especial do Novo Marco Regulatório da Mineração, deputado federal Gabriel Guimarães (PT/MG), destacou a necessidade de dar continuidade ao trabalho, garantindo a sustentabilidade da mineração. “Estamos hoje não apenas e, simplesmente, reiniciando o trabalho, até mes-

mo porque muito já foi alcançado até chegarmos até aqui. Muitas audiências públicas foram realizadas em todo o país. A grande parte dos parlamentares que aqui estão fizeram parte dessa comissão na legislatura passada e, também, os parlamentares, os novos deputados que fazem parte têm experiência suficiente para fazer com que essa comissão tenha êxito, e o êxito dela, além de ser a aprovação, é a aprovação com a maior celeridade possível. Sabemos todos que o setor mineral passa por um momento ímpar em todo o mundo, um momento em que, se a gente imaginar do início da tramitação desse Código até os dias de hoje, num período histórico de aproximadamente dois anos, nós tivemos uma redução no preço spot do minério de ferro de mais de 130 dólares para menos de 60 dólares. Sabemos a importância desse Código para o nosso país, já que o setor mineral foi responsável por muito tempo pelo saldo positivo do Brasil na balança comercial. Sabemos que a capacidade de gerar riquezas é muito importante, mas tudo isso só será importante se tivermos, juntamente com a aprovação desse marco, a consciência de que preservar o meio ambiente é fundamental, bem como preservar e ampliar os direitos dos trabalhadores que vivem e dependem do setor mineral, sejam eles os trabalhadores das minas ou profissionais servidores públicos que dedicam suas vidas à regulamentação, à fiscalização e ao acompanhamento desse setor”, declarou.

O relator da Comissão Especial do Novo Marco Regulatório da Mineração, deputado federal Leonardo Quintão (PMDB/MG), também fez questão



Luis Macedo

de ressaltar que a matéria é de extrema importância para o Brasil e que esse setor primário é de extrema importância para a vida humana.

Também participaram da reinstalação da comissão muitos parlamentares e autoridades ligadas ao setor mineral, com destaque para o corpo diretivo do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). Estiveram presentes no evento o diretor-geral do DNPM, Sérgio Dâmaso; o diretor-geral substituto, Victor Bicca; o chefe de gabinete, Ildeumar Fonseca; o diretor de Gestão Administrativa Substituto, Marcus Flávio; o ouvidor do DNPM, Paulo Santana; entre outros.

Parlamentares discutem o Novo Marco Regulatório da Mineração



Luis Macedo

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Benito Gama PTB/BA	André Fufuca PEN/MA
Cleber Verde PRB/MA	Andre Moura PSC/SE
Guilherme Mussi PP/SP	Cacá Leão PP/BA
João Arruda PMDB/PR	Edio Lopes PMDB/RR
José Priante PMDB/PA	Exedito Netto SD/RO
Junior Marreca PEN/MA	Felipe Maia DEM/RN
Leonardo Quintão PMDB/MG	Fernando Jordão PMDB/RJ
Luiz Fernando Faria PP/MG	Jozi Rocha PTB/AP
Marcos Reategui PSC/AP	Manoel Junior PMDB/PB
Zé Silva SD/MG	Mário Negromonte Jr. PP/BA
1 vaga	Walter Alves PMDB/RN
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Assis Carvalho PT/PI	Antonio Balhmann PROS/CE
Beto Faro PT/PA	Hugo Leal PROS/RJ
Gabriel Guimarães PT/MG	Magda Mofatto PR/GO
Gorete Pereira PR/CE	Vander Loubet PT/MS
João Carlos Bacelar PR/BA	Weliton Prado PT/MG
Joaquim Passarinho PSD/PA	Wellington Roberto PR/PB
Marcos Montes PSD/MG	Zé Carlos PT/MA
Wadson Ribeiro PCdoB/MG	1 vaga
PSDB/PSB/PPS/PV	
Evair de Melo PV/ES	Alexandre Baldy PSDB/GO
Nilson Leitão PSDB/MT	Arnaldo Jordy PPS/PA
Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Fabio Garcia PSB/MT
Paulo Foletto PSB/ES	Jose Stédile PSB/RS
Samuel Moreira PSDB/SP	Sarney Filho PV/MA
Tereza Cristina PSB/MS	1 vaga
PDT	
Weverton Rocha PDT/MA	Sergio Vidigal PDT/ES
PTC	
(Deputado do PTdoB ocupa a vaga)	(Deputado do PSOL ocupa a vaga)
PSOL	
	Chico Alencar PSOL/RJ - vaga do PTC
PTdoB	
Luis Tibé PTdoB/MG - vaga do PTC	

OBS.: Composição de membros titulares e suplentes da Comissão Especial de Mineração conforme site da Câmara dos Deputados até a data do fechamento desta edição

Fontes:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-0037-11-mineracao/>

<http://www.dnrm.gov.br/noticias/>

Convenção Coletiva 2015

Por Luiz Alberto de Almeida Souza

O Sindareia realizou, no dia 17 de março deste ano, Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Fluvial e Lacustre no Estado de São Paulo, em que se definiu principalmente o que se segue:

Reajuste – 7,80% (sete inteiros e oitenta centésimos por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2015;

PLR – assegurado aos empregados o pagamento de duas parcelas no valor de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais) cada, totalizando R\$ 992,00 (novecentos e noventa e dois reais), a título de Participação nos Lucros e Resultados. As parcelas deverão ser pagas em junho de 2015 e janeiro de 2016.

O texto completo encontra-se publicado no site da entidade: www.sindareia.com.br.



www.centraltechmaquinas.com.br



CICLONE

SOLUÇÕES PARA:

Bombeamento de Água e Polpa
Batimento de pó na produção e vias de circulação

REVENDA ESPECIALIZADA:

Ciclones
Tubos e acessórios em PEAD
Bombas de Água e Polpa
Manômetros com selo, limitador, etc
Peças de Reposição em Geral

Distribuidor Autorizado



centraltech@centraltechmaquinas.com.br

Av. Coronel Pedro Dias de Campos, 554 - cj 02 - São Paulo/SP

Daniel Ohuti

(11) 98558-3007

Tel/fax: (11) 2653-1207

Nextel ID: 84*26 375

Participação do setor de agregados nos comitês de bacias hidrográficas (CBHs)

Por Luiz Alberto de Almeida Souza

O setor de agregados paulista vem participando ativamente de vários Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) do Estado de São Paulo, por meio de seus diretores, associados e técnicos.

No último mês de março, a maioria dos CBHs paulistas elegeu e empossou os membros dos novos colegiados e das novas diretorias para o biênio 2015-2017.

O Sindareia e o Sindipedras têm se empenhado na participação nesses comitês, pois consideram que, por meio desses colegiados, a sociedade poderá alcançar resultados satisfatórios com relação à gestão, ao planejamento e às obras de recuperação dos recursos hídricos em todo o Estado de São Paulo.

O resumo a seguir mostra a participação das duas entidades nos diversos comitês e em suas respectivas Câmaras Técnicas:

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) – Titular: Sindareia

Representante: Luiz Alberto de Almeida Souza

Câmaras Técnicas:

Institucional: Luiz Alberto de Almeida Souza

Planejamento: Eugênio de Araújo Neto

Cobrança do Uso da Água: Sandra Maia de Oliveira

Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT) e Subcomitês – Titular: Sindareia

Representante: Luiz Souza Lima da Silva Carvalho

Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT) e Subcomitês – Titular: Sindipedras

Representante: Osni de Mello

Subcomitê da Bacia Hidrográfica Cotia-Guarapiranga (SCBH-CG) – Titular: Sindipedras

Representante: Osni de Mello

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT) – Suplente: Sindareia

Representante: Anselmo Luiz Martinez Romera

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Turvo Grande (CBH-TG) – Suplente: Sindareia

Representante: José Benedito Máximo

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Aguapeí e Peixe (CBH-APT) – Suplente: Sindareia

Representante: Antônio Marques Gaspar

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) – Suplente: Sindareia

Representante: Jorge Edison Di Rito



www.cemmi.com.br
contato@cemmi.com.br

Tel.: 55 (11) 4707-3611 / 4707-2596

- **Dragas e Barcos**
- **Bombas de 4", 6", 8", 10", 12", 14", 16" e 18"**
- **Revestimentos**
(em ferro fundido branco ou NI Hard Alto Cromo)
- **Rotores**
(em aço 1020, 1045, SAC350, ferro fundido branco ou NI Hard Alto Cromo)
- **Desagregadores / Maracas**
- **Silos**
- **Conjunto de Polias / Reversores**
- **Mangotes, mangueiras, tubos de aço e PEAD**
- **Caldeiraria em Geral**



TUDO PARA
MINERAÇÃO DE AREIA

51 ANOS
FABRICANDO QUALIDADE

Rua Eli Valter Cesar, 325 • Jardim Alvorada • Jandira • SP • CEP 06612-130

MUITO MAIS PRODUTIVIDADE E SEGURANÇA PARA A SUA EMPRESA.

Pneus MICHELIN para Infraestrutura.

- + ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL
- + DURABILIDADE
- + HORAS DE TRABALHO POR MÁQUINA



TRACBEL
GRUPO

Vendas

0800 200 1000

Regiões Metropolitanas

3003.1111

Contribuímos de forma inovadora para o menor custo operacional e para a mobilidade sustentável.

Contamos com uma rede autorizada de distribuição e serviços para oferecer aos nossos clientes uma solução completa.

Entre em contato com nossos distribuidores e confira.

www.michelinearthmover.com



É hora de colocar seus investimentos na balança.

Evite falhas por excesso de carga e deixe de lado o controle através do volume.

Pese com a 900i, a balança de caminhões da Toledo.

Seu negócio muito mais lucrativo, ágil e seguro.



EXCLUSIVA
CÉLULA DE CARGA
À PROVA DE RAIOS
PARA BALANÇA DE CAMINHÃO



0800-554122
toledobrasil.com.br

Toledo do Brasil
Indústria de Balanças Ltda.